

SOCIOLOGIA POLÍTICA E O USO DO MÉTODO ETNOGRÁFICO

SOCIOLOGY POLITICS AND THE USE OF THE ETHNOGRAPHIC METHOD

Luan Pires Canaveira*
Sonayra dos Santos Carneiro**

AVANZA, M.; MAZOUZ, S.; PUDAL, R. (dir.). *Ethnographie(s) politique(s): Méthodes, objets et terrains*. Nouvelle édition [en ligne]. Lyon: ENS Éditions, 2024.

Palavras-chave: Etnografias Políticas. Métodos. Práticas Políticas. Trabalho de Campo.

Inicialmente concebida como um método da antropologia, na prática a *etnografia* raramente se limitou apenas ao uso dessa disciplina. Tanto nos Estados Unidos quanto na França, o método foi igualmente adotado pela ciência política e pela sociologia para focar distintos fenômenos sociais. Nesta coletânea, Martina Avanza, Sarah Mazouz e Romain Pudal reúnem uma série de trabalhos influenciados por diferentes correntes surgidas nessa interdisciplinari-

dade, visando refletir sobre abordagens da ciência política e da sociologia política a partir das lentes da etnografia.

Algumas temáticas já investigadas sob o escopo de outras propostas metodológicas – como as relações dos *profanos* com a política, as revoluções e os movimentos sociais, as instituições políticas, as relações internacionais, as ideias políticas e a ação pública – são objeto das apreensões etnográficas nas pesquisas apresentadas. Nesse sentido, as reflexões se constroem com base em trabalhos já consagrados de uma abordagem mais “macrossociológica”, como os de Michel Offerlé, Daniel Gaxie e Michel Dobry, “politólogos” citados na coletânea.

Os trabalhos reunidos são apoiados em três elementos principais: a reflexividade, a

* Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA, Brasil. E-mail: pires.luan@discente.ufma.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8614-490X>.

** Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA, Brasil. E-mail: sonayra.carneiro@discente.ufma.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6884-8206>.

observação participante e a imersão – aspectos influenciados pelo *Guia para a pesquisa de campo*, de Stéphane Beaud e Florence Weber (2007). A abordagem etnográfica permitiria ao pesquisador, no âmbito das ciências sociais, compreender as relações de poder nas interações, observando as incertezas, as ambivalências e hesitações constantes que perpassam a construção das relações cotidianas dos agentes estudados e as instituições políticas em que estão inseridos.

Nesse sentido, as primeiras indicações estão no capítulo inicial de Romain Pudal. O autor busca discutir as relações dos *profanos* com a política, geralmente colocadas, nos trabalhos mais seminais da sociologia política e da ciência política, no plano do desinteresse e da apatia ou ainda da “ausência de opinião”. Porém, na pesquisa feita com um grupo de bombeiros (marcados pela baixa escolaridade, por “neutralidade” e omissão políticas, por conta das diretrizes éticas da profissão), Pudal nos mostra que é possível apreender a “política” no dia a dia das “pessoas comuns”, geralmente em lugares e momentos inusitados.

Para isso, a aplicação da etnografia deve ser guiada por algumas diretrizes indicadas pelo autor. Uma delas é deixar de confundir, como geralmente acontece, “interesse, competência e lucidez” políticas; outra é não opor o cotidiano dos investigados aos momentos em que a política é mais presente (protestos, momentos de crise, eleições). Desse modo, Pudal demonstra como a “política”, em um sentido mais amplo, pode aparecer na prática dos interlocutores “ordinários”, nas anedotas cotidianas, nos banhos coletivos e nas manutenções de equipamentos da repartição.

A partir de observações feitas durante a Primavera Árabe na Tunísia, Choukri Hmed (capítulo 2) discute a etnografia nos

“momentos revolucionários” e os ganhos que um trabalho desse tipo pode ter, apesar das dificuldades de acesso ao campo em eventos desse porte. Na perspectiva do autor, o método viria para renovar a observação das experiências dos indivíduos e seus grupos, suas práticas e representações no contexto de incerteza política, recolocadas em uma temporalidade e espacialidade típica desses momentos.

Dois discussões são igualmente enfocadas pelo pesquisador. Em um primeiro momento, pergunta-se sobre como as pessoas, aparentemente distantes em seus recursos e redes, no “momento revolucionário” se organizam em torno da mobilização no mundo social. E, em um segundo momento, como a crise política altera o espaço social, reconfigurando as fronteiras entre espaços públicos, cidades, regiões, mesmo em nível internacional. Seguindo as diretrizes teóricas de Michel Dobry, Hmed lembra que a *dessestorição* do mundo social ocasiona a mobilização de grupos sociais distintos e distantes. Além disso, o “momento revolucionário” também é perpassado pelas respostas governamentais. Dessa forma, o autor entende que a pesquisa nesses contextos deve ser desenvolvida a partir de uma etnografia multissituada, atenta à fluidez política, aos sentimentos expressos, e para isso feita preferencialmente por um longo período.

Igual atenção aos detalhes pouco visíveis, às práticas e aos espaços dos protestos é dada por Maya Collombon e Lilian Mathieu (capítulo 3). A autora e o autor ressaltam que o uso da etnografia é comum nas pesquisas sobre movimentos sociais e manifestações, porém com foco na sua face mais pública e geralmente no decorrer desses eventos. Aqui, ela e ele reforçam os ganhos que um acompanhamento de lon-

ga duração de movimentos mais ou menos institucionalizados pode ter, ao revelar as relações entre o cotidiano dos ativistas, os bastidores dos movimentos e suas intervenções públicas.

As dificuldades destacadas por eles para os estudos dos protestos e mobilizações envolvem a imprevisibilidade desses momentos, sua temporalidade específica, e o reconhecimento da posição de “pesquisador”, a qual muitas vezes deve ser negociada com os movimentos. Isso implica que sejam adaptados constantemente seus métodos e reflexões, como proposto por Collombon e Mathieu, que reforçam, assim, a importância de um acompanhamento de longa duração dos atores dos protestos, para observar sobretudo a produção dos grupos e das manifestações, desde suas divergências ideológicas às compatibilidades de gostos. Diante disso, é possível remontar: um *espaço dos possíveis* da posição pública dos membros do movimento, a divisão do trabalho entre vários tipos de atores, além de suas lógicas de ação.

Ainda na linha de buscar apreender os diferentes usos e relações com as formas de intervenção política, Lucie Bargel (capítulo 4) realiza uma etnografia das relações dos cidadãos e eleitores com as instituições eleitorais. A autora mostra que as pesquisas sobre opiniões e votos são frequentemente dominadas por abordagens mais legalistas e institucionalistas, com o uso de métodos estatísticos que focam no voto como expressão das “opiniões políticas”. Em contrapartida, a etnografia proposta por ela tenta apreender as relações informais com as instituições eleitorais, as lógicas (individuais e coletivas) do ato de votar e seus usos diversos para além da mera “escolha de candidatos”.

Em duas cidades fronteiriças dos Alpes

franceses, Bargel realiza uma etnografia da instituição a partir das reuniões eleitorais municipais. As dificuldades do campo sublinhadas pela autora são relativas à inserção em um espaço de relações dividido durante a disputa eleitoral, com a constante demanda por sua intervenção “técnica” no escrutínio (por conta do “estatuto” de “cientista política”). O ato de votar, nas condições analisadas, era atravessado pela demarcação de um pertencimento local, sendo uma ocasião de atualização das relações de interconhecimento nas cidades, e marcada pela excepcionalidade no cotidiano das localidades.

Na esteira de uma etnografia das instituições políticas também está o trabalho de Carole Bachelot (capítulo 5), com sua proposta de análise dos partidos políticos. Para além da definição weberiana clássica, que concebe os partidos através dos seus objetivos de conquista do poder político, a autora defende que essas instituições devem ser entendidas como sistemas de interação mais complexos.

Para a autora, há particularmente dois caminhos com potencial esclarecedor para uma etnografia dos partidos políticos. Na primeira direção, ela discute trabalhos que mostram que uma série de matrizes de socialização – no esporte, na cultura, em atividades de “diversão”, e nas relações amorosas – por vezes são mais intervenientes na disposição de militar em um partido do que por uma “escolha ideológica”. Na segunda, indica a atenção aos ritos do cotidiano partidário que pode auxiliar na compreensão da gestão dos conflitos internos e em como a *empresa de dominação* estabelece uma cultura própria, mesmo em meio às suas divisões. No seu estudo do Partido Socialista Francês, a autora destaca que o pluralismo dessa organização e suas diversas divisões é constrangido pelas normas partidárias, que

visam expressar uma imagem unitária, e são impostas de maneira mais sutil nas suas interações e tomadas de posição.

Romain Lecler e Yohann Morival (capítulo 6) evidenciam a relação da etnografia com as relações internacionais. Há uma gama de trabalhos que buscaram compreender a arena internacional e seus atores sobre as mais distintas ênfases. No entanto, essa ampliação do número de pesquisas levou a uma divisão do plano internacional em diferentes áreas regionais e setores de atividade, acabando por oferecer uma visão compartimentada da área de estudos. Segundo os autores, isso impede de observar que certos usos e práticas da dimensão internacional, comuns a diferentes ambientes profissionais, são decorrentes do mesmo processo sociológico.

Assim, com uma abordagem transnacional e intersetorial, eles buscam analisar o uso da etnografia e o conceito de “profissionais internacionais”. Reuni-los sob o mesmo rótulo, permite tratar aqueles participantes que são identificados como “internacionais”, mas que são tradicionalmente entendidos como de “níveis” diferentes. Apesar disso, os autores não buscam homogeneizar a diversidade desses atores e os definem como “profissionais internacionais”: aquelas pessoas cuja atividade e habilidades profissionais estão relacionadas a assuntos apresentados como internacionais.

Por sua vez, na contribuição de Mathieu Hauchecorne e Étienne Penissat (capítulo 7), a ênfase recai na valorização do trabalho de campo para o estudo dos processos de produção e circulação de ideias políticas, a partir de dois exemplos de pesquisas etnográficas realizadas por eles. Penissat, por um lado, tem como universo empírico a *Direction de l'animation de la recherche, des études et des statistiques* (DARES), seu local

de trabalho. Por outro lado, Hauchecorne analisou a importação da filosofia política estadunidense contemporânea na França.

Para superar os obstáculos de realizar pesquisas sobre as temáticas, os autores utilizaram estratégias metodológicas semelhantes. Ambos participaram de atividades acadêmicas, além de acessarem os momentos de interação mais informais. Somado a isso, Penissat participou de reuniões de trabalho do DARES, obteve acesso a documentos e aplicou questionários para apreender as características dos agentes que pertenciam ao universo de análise. Hauchecorne, para entender a circulação das “teorias da justiça”, realizou um trabalho etnográfico multissituado em diversos espaços, como nos cursos e seminários ministrados em diferentes universidades. Assim, a etnografia dos universos pesquisados pelos autores desvendou as dimensões tanto do trabalho de fabricação, circulação e recepção das ideias, como do acesso aos bastidores e às relações de interconhecimento. Isso permitiu observar como ocorrem as articulações, controvérsias e as estratégias de “eufemização” das disputas políticas no processo de elaboração desses expedientes e sua divulgação para o público.

Diante da diversidade de trabalhos que propõem fazer uma etnografia do Estado, Sarah Mazouz (capítulo 8) evidencia o que ela chama de relação administrativa. A autora se baseia na sua pesquisa sobre as políticas de combate à discriminação racial, práticas de naturalização e serviços públicos de emprego para jovens na França; e sobre o reconhecimento da dupla nacionalidade, na Alemanha. O trabalho etnográfico feito por ela permitiu apreender os contextos de interlocução, atitudes dos agentes, elementos sensoriais e descritivos, e contempla três dimensões: a organização do trabalho

nos departamentos administrativos e como o treinamento e movimentação dos funcionários públicos ajudam a moldar suas posições e posicionamentos profissionais; as formas e os contextos (mais ou menos formais) pelas quais as decisões administrativas são tomadas; e a compreensão das políticas de “assistência” como modalidade de governo dos indivíduos. A partir disso, foi possível analisar a relação entre instituições e sujeitos (sejam eles os agentes desses serviços ou usuários), bem como interpretar de forma crítica o que ocorre nesses espaços durante os momentos de interação.

Em um sentido semelhante, Vincent Dubois (capítulo 9) propõe uma reflexão sobre a etnografia da ação pública com ênfase nos dispositivos, agentes, organizações, práticas e os processos pelas quais ela se realiza. O autor pondera sobre as tensões decorrentes das múltiplas possibilidades de escolhas analíticas e metodológicas, dentre elas as implicações implícitas ou políticas decorrentes em adentrar no universo das políticas públicas, a reflexividade do pesquisador sobre a sua postura, e a relação com o objeto.

A partir disso, ele apresenta quatro condições para que o trabalho etnográfico possa contribuir para uma abordagem “crítica” do tema. Um primeiro elemento corresponde a questionar o objetivismo das análises tradicionais de políticas públicas. Na sequência, é preciso desconstruir e se distanciar das representações dos “discursos oficiais” sobre essas políticas, e ainda das visões de mundo que são transmitidas por elas. Em terceiro, situar as observações de campo dentro de estruturas de poder e desigualdade, e, por fim, por meio dessas diferentes operações, revelar os processos de dominação social, econômica, simbólica e política que operam na e por meio da condução da ação públi-

ca. Apreender esses aspectos é fundamental para o trabalho de pesquisa e para a constituição de “uma análise crítica da ação pública” (p. 261).

Como vimos, os autores reunidos nesta coletânea propõem análises etnográficas de longa duração, com uma imersão densa e que tenta abarcar diferentes perfis de agentes, contextos e situações. Atravessando as barreiras disciplinares das ciências sociais, os trabalhos apresentados buscam analisar fenômenos políticos diversos e examinar como eles acontecem nas interações cotidianas.

Um último ponto apresentado por elas e eles que gostaríamos de sublinhar é sobre os problemas de negociação nos campos empíricos estudados, pois as relações são permeadas por desentendimentos e ambivalências durante a pesquisa, principalmente no que se refere ao papel do(a) pesquisador(a). Contudo, a maior parte dos autores demonstraram ter relativo sucesso em demarcar uma certa distância analítica, mesmo em meio a demandas diversas pela sua intervenção por parte dos agentes estudados.

Diante disso, somos levados a refletir sobre o contraste entre os universos empíricos trabalhados na coletânea e as configurações sociais mais amplas em que se inserem, e as dinâmicas enfrentadas por pesquisadores/as brasileiros/as. Isto é, em situações nas quais as ciências sociais são mais dependentes do registro político, como já salientado por Pécaut (1990), Coradini (2003, 2017) e Grill e Reis (2016).

Como se dariam, então, as condições de pesquisa e de negociação em contextos em que a própria existência social dos cientistas sociais é colocada a partir de sua intervenção política, como militante, *expert*, empreendedor de causas coletivas, morais e normativas? Como isso impacta no andamento das pesquisas *etnográficas* e em seus

resultados? Seguindo as recomendações da coletânea, é pertinente, portanto, ponderar sobre as condições de pesquisa, não colocando o pesquisador como centro da reflexão, mas sendo fundamental a sua capacidade reflexiva, assim como de pensar como o uso de determinados métodos impacta nos seus resultados. A etnografia é apenas mais um recurso, e precisamos estar atentos às possibilidades de combinação com outros métodos e materiais de pesquisa, situações, contextos e oportunidades de acesso que podem ser relevantes à compreensão dos fenômenos sociais e políticos.

Referências

BEAUD S.; WEBER F. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

CORADINI, O. L. A politização em condições politicistas: alguns problemas analíticos e resultados de trabalhos. **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 16, n. 37, p. 36-75, 2017.

CORADINI, O. L. As missões da cultura e da política: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 125-144, 2003.

GRILL, I. G; REIS, E. T. **Elites parlamentares e a dupla arte de representar: intersecções entre “política” e “cultura” no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

Recebido em: 30/03/2025

Aprovado em: 30/04/2025